



TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

UMA ANÁLISE DOS CENSOS
DEMOGRÁFICOS E DA
CONTAGEM DA POPULAÇÃO 1996

volume 14

Pernambuco

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento
Paulo de Tarso Almeida Paiva

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Simon Schwartzman

Diretor de Planejamento e Coordenação
Nuno Duarte da Costa Bittencourt

ÓRGÃOS TÉCNICOS SETORIAIS

Diretoria de Pesquisas
Lenildo Fernandes Silva

Diretoria de Geociências
Trento Natali Filho

Diretoria de Informática
Paulo Roberto Ribeiro da Cunha

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Departamento de População e Indicadores Sociais
Luiz Antonio Pinto de Oliveira

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
DIRETORIA DE PESQUISAS
DEPARTAMENTO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS

Tendências Demográficas

**Uma análise dos Censos Demográficos
e da Contagem da População 1996**

volume 14

Pernambuco

Tendências demográficas :

0088/99



IBGE - SET

Rio de Janeiro
1998

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

ISBN 85-240-0684-6 (obra completa)
ISBN 85-240-0698-6 volume 14 Pernambuco

© IBGE, 1998

Projeto Editorial

Divisão de Editoração-DIEDI/Departamento de Editoração e Gráfica-DEDIT/CDDI

Estruturação

Carmen Heloisa Pessôa Costa
Elizabeth Santos da Fontoura
Neuza Maria de O. G. Damásio
Sonia Gonçalves da Rocha

Copidesque e Revisão

Anna Maria dos Santos
Cristina Ramos Carlos de Carvalho
Iracely Prazeres Gomes
Kátia Domingos Vieira
Maria de Lourdes Amorim

Projeto Gráfico e Diagramação

Sebastião Monsorez

Impressão

Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI/IBGE, em meio digital em 1998.

Capa

Divisão de Criação - DIVIC/CDDI
Maria José Salles Monteiro

Tendências demográficas : uma análise dos Censos Demográficos e da Contagem da População 1996 / IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais.
- Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

28v.

Os volumes estão apresentados por Brasil, Distrito Federal e Unidades da Federação.

ISBN 85-240-0684-6 (obra completa)

T. Brasil - População - Estatística. I. IBGE. Departamento de População e Indicadores Sociais.

IBGE.CDDI.Div. de Biblioteca e Arquivos Especiais CDU 312(81)
RJ/IBGE/98-09 EST

Impresso no Brasil/Printed in Brasil

Equipe Técnica

Este trabalho foi desenvolvido na Divisão de Estudos e Análises Demográficas - DIEAD, pela Gerência de Análises Estruturais e Espaciais da População - ANEP/DIEAD.

Divisão de Estudos e Análises Demográficas

Juarez de Castro Oliveira

Gerência de Análises Estruturais e Espaciais da População

Nilza de Oliveira Martins Pereira (Coordenação Técnica)

Cláudia Bahia de Araujo, Jorge da Silva,

Leila Regina Ervatti, Kelly Cristina Fernandes Maluf,

Mário Fernandes Filho e Ivan Ribeiro da Fonseca

Apoio Computacional

Paulo Roberto V. Rudolphi, Edgard de Toledo S. Campos,
Marcos Ribeiro de Mattos e João Raposo Belchior

Apoio Administrativo

Elizabeth Costa Bezerra

Agradecimentos

Ari Nascimento Silva (assessoria na utilização do Software REDATAM, Recuperação de Dados de Áreas Menores, na geração de algumas tabulações)

Celso das Mercês Pereira (colaboração nos textos)

Apresentação

Esta publicação tem como objetivo colocar ao alcance dos usuários em geral, uma síntese de indicadores básicos demográficos e socioeconômicos da população dos estados brasileiros, utilizando informações dos Censos Demográficos e da Contagem da População 1996. Os resultados são apresentados em forma de tabelas, gráficos e mapas municipais georreferenciados.

Os temas abordados englobam a Evolução da População do Estado, Estrutura por Sexo e Idade, Nupcialidade, Migrações Internas, Raça ou Cor, Religião, Deficiência Física ou Mental, Níveis de Escolaridade, Família, Domicílio e Características Econômicas.

Rio de Janeiro, RJ, novembro de 1998

Lenildo Fernandes Silva

Diretor de Pesquisas

Sumário

Características demográficas e socioeconômicas da população

Características demográficas

Evolução da população total no estado	9
Estrutura por sexo e idade	15
Nupcialidade	21
Migrações internas	25

Características sociais e econômicas

Raça ou cor	27
Religião	31
Deficiência física ou mental	33
Nível de escolaridade	35
Família	37
Domicílio	40
Características econômicas	43

Características demográficas e socioeconômicas da população

Características demográficas

Evolução da população total no estado

O Estado de Pernambuco atingiu em 1^o de agosto, segundo os resultados da Contagem da População 1996, um total de 7 399 071 habitantes. Este contingente populacional cresceu a um ritmo de 0,76% ao ano, o menor observado nessas últimas décadas. O ritmo de crescimento populacional vem desacelerando, o que reflete a intensificação do declínio da fecundidade, ocorrido de forma generalizada no Brasil, principalmente a partir da década de 80.

As informações provenientes da Contagem da População 1996 mostraram que a população cresceu, em termos absolutos, 271 276 habitantes, correspondendo a um acréscimo de 3,81% em relação à população de 1991.

Confirmando uma tendência historicamente consolidada, a Contagem da População 1996 revelou a continuidade do processo de urbanização que vem ocorrendo no estado. O aumento do grau de urbanização foi resultado do acréscimo de 425 mil habitantes, ou seja, 8,42% em relação à população urbana de 1991. Esse incremento foi basicamente em consequência de três fato-

res: do próprio crescimento vegetativo nas áreas urbanas, da migração, sobretudo dentro do próprio estado, com destino urbano e, em pequena escala, da incorporação de áreas que em censos anteriores eram consideradas rurais.

Tabela 1
População nas datas dos recenseamentos gerais e taxa média geométrica de crescimento anual - 1960/1996

Data dos recenseamentos gerais	População residente	Taxa média geométrica de crescimento anual (%)
Total		
1 ^a de setembro de 1960	4 096 768	
1 ^a de setembro de 1970	5 161 881	2,34
1 ^a de setembro de 1980	6 143 272	1,76
1 ^a de setembro de 1991	7 127 855	1,36
1 ^a de agosto de 1996	7 399 071	0,76
Urbana		
1 ^a de setembro de 1960	1 826 673	
1 ^a de setembro de 1970	2 812 084	4,41
1 ^a de setembro de 1980	3 784 543	3,01
1 ^a de setembro de 1991	5 051 654	2,66
1 ^a de agosto de 1996	5 476 855	1,66
Rural		
1 ^a de setembro de 1960	2 270 095	
1 ^a de setembro de 1970	2 349 797	0,35
1 ^a de setembro de 1980	2 358 729	0,04
1 ^a de setembro de 1991	2 076 201	(-) 1,15
1 ^a de agosto de 1996	1 922 216	(-) 1,56

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Tabela 2
Crescimento absoluto e relativo da população residente, segundo a situação do domicílio e sexo - 1980/1996

Situação do domicílio e sexo	Crescimento da população residente			
	Absoluto		Relativo (%)	
	1980/1991	1991/1996	1980/1991	1991/1996
Total	984 583	271 276	16,03	3,81
Homens	473 949	130 638	15,96	3,79
Mulheres	510 634	140 578	16,09	3,81
Urbana	1 267 111	425 201	33,48	8,42
Homens	599 190	203 315	33,40	8,50
Mulheres	667 921	221 886	33,56	8,35
Rural	(-) 282 528	(-) 153 985	(-) 11,98	(-) 7,42
Homens	(-) 125 241	(-) 72 677	(-) 10,66	(-) 6,93
Mulheres	(-) 157 287	(-) 81 308	(-) 13,28	(-) 7,92

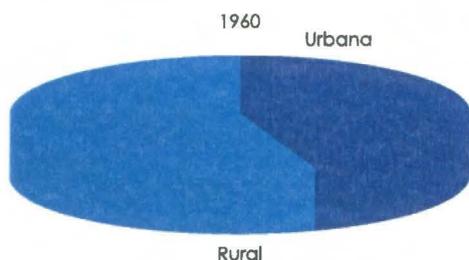
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados.

Tabela 3
Grau de urbanização - 1960/1996

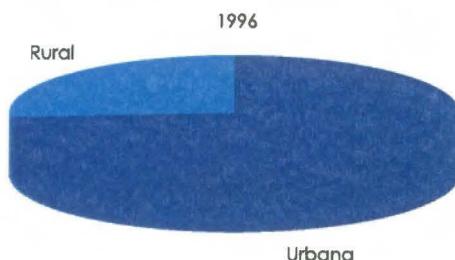
Grau de urbanização (%)	1960	1970	1980	1991	1996
		44,59	54,48	61,60	70,87

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Grau de urbanização - 1960/1996



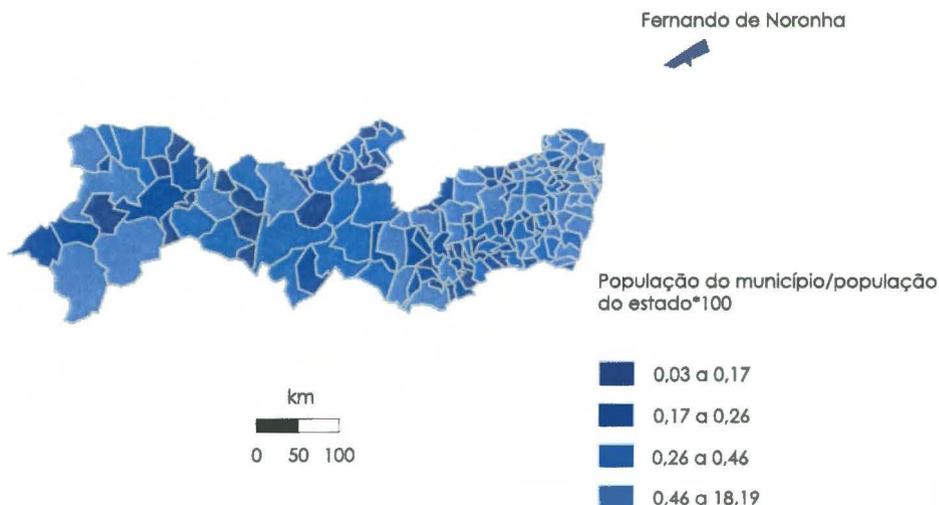
Fonte: Censo demográfico 1960.
Rio de Janeiro: IBGE, 1966.



Fonte: Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados.

O estado ocupa a sétima posição no *ranking* nacional, concentrando 4,71% da população total do País. Dentro do *ranking* regional, o estado vem ocupando a segunda posição, mantendo praticamente a mesma participação (16,53%) que a do Censo Demográfico 1991 (16,77%). O Estado de Pernambuco está dentre os mais populosos e juntamente com os Estados da Bahia, Ceará e Maranhão, concentra 70,00% da população nordestina.

Participação da população dos municípios no total do estado - 1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

A região metropolitana registrou um ritmo de crescimento de 1,14%, superando o interior¹ do estado, da ordem de 0,49%. A região metropolitana reunia em 1996, um conjunto de 3 087 907 habitantes, que correspondia a 41,73% da população total do estado. No período de 1991-1996, a periferia metropolitana contribuiu com um crescimento absoluto de 120 112 pessoas, representando um crescimento relativo de 7,41%, superior ao núcleo metropolitano. A densidade demográfica cresceu 3,81%, passando de 72,04 hab./km², em 1991, para 74,79 hab./km² em 1996.

Tabela 4
População residente, crescimento relativo, participação relativa, e taxa média geométrica de crescimento anual - 1991/1996

Estado, Região Metropolitana e Interior	População residente		Crescimento relativo (%) 1991/1996	Participação relativa		Taxa média geométrica de crescimento anual (%) 1991/1996
	1991	1996		1991	1996	
Estado	7 127 855	7 399 071	3,81	100,00	100,00	0,76
Região Metropolitana	2 919 979	3 087 907	5,75	40,97	41,73	1,14
Núcleo	1 298 229	1 346 045	3,68	18,21	18,19	0,74
Periferia	1 621 750	1 741 862	7,41	22,75	23,54	1,46
Interior	4 207 876	4 311 164	2,45	59,03	58,27	0,49

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, Contagem da População 1996, microdados.

Nota: Para efeito de comparação as informações de 1991 foram compatibilizadas segundo a malha territorial de 1996.

O conjunto dos dez municípios mais populosos de Pernambuco, em 1996, reunia 3,36 milhões de pessoas que correspondiam a 45,34% da população estadual. A capital, concentrava 18,19% do efetivo populacional do estado, ou seja, 1 346 045 pessoas, cabendo aos demais municípios, cuja população está compreendida entre 110 mil e 530 mil habitantes o equivalente a 27,15%.

¹ Considera-se como "Interior" o espaço territorial do estado, exceto o da região metropolitana.

Tabela 5
Municípios mais populosos e municípios com maiores
taxas médias geométricas de crescimento anual - 1991/1996

Municípios mais populosos	População residente	Municípios com maiores taxas	Taxa (%) 1991/1996
Recife	1 346 045	Toritama	4,44
Jaboatão dos Guararapes	529 966	Santa Cruz do Capibaribe	4,34
Olinda	349 380	Xeréu	4,16
Paulista	233 634	Cumarú	4,12
Caruaru	231 989	Sairé	3,83
Petrolina	191 238	Itamaracá	3,58
Cabo de Santo Agostinho	140 764	Petrolina	3,38
Camarágibe	111 119	Santa Maria da Boa Vista	3,23
Vitória de Santo Antão	110 888	Itapissuma	3,23
Garanhus	110 084	Belém de Maria	3,11

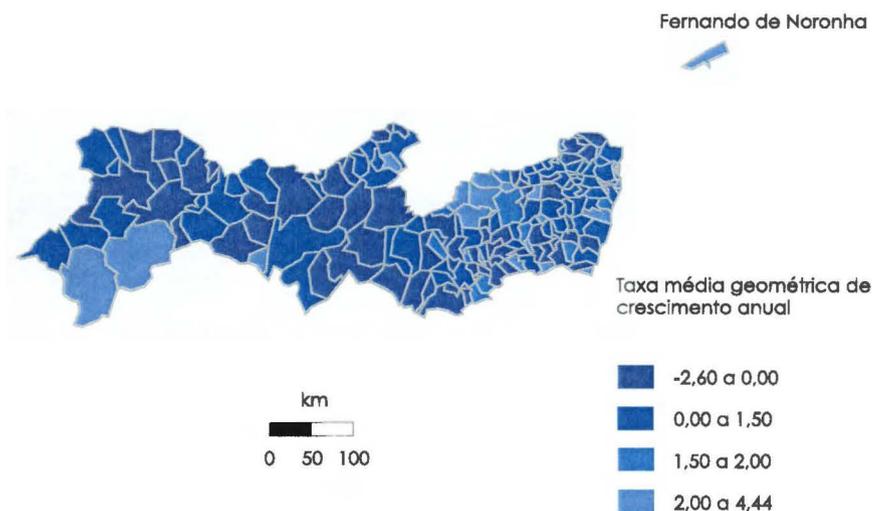
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, Contagem da População 1996, microdados.

Dos dez municípios que apresentaram as maiores taxas de crescimento do estado, nos últimos cinco anos, observou-se que o maior percentual foi encontrado no Município de Toritama (4,44%) e o menor foi no Município de Belém de Maria, com 3,11%. A menor taxa de crescimento do estado (-2,60%), no período de 1991-1996, foi encontrada no Município de Iati.

A proporção de municípios que apresentaram uma taxa de crescimento acima de 2,5% ao ano, no período de 1991-1996, atingiu 7,34% do total do estado. O destaque ficou com os municípios considerados de médio porte (mais de 10 000 a 50 000 habitantes), os quais, dentre os que cresceram a este ritmo, superaram a 80,00% do total do grupo. Os demais ficaram distribuídos entre os que tinham menos de 10 000 habitantes (7,69%) e os de mais de 100 000 a 500 000 habitantes (7,69%).

O Estado de Pernambuco foi contemplado com nove novos municípios, nestes últimos cinco anos, contabilizando um total de 177 municípios, em 1996.

Taxa média geométrica de crescimento anual - 1991/1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Estrutura por sexo e idade

No Estado de Pernambuco, a Contagem da População 1996 indicou um excedente de 252 363 mulheres, em relação ao número total de homens, o que resultou em uma razão de sexo de 93,40%. Cenários opostos podem ser observados ao se analisar o indicador, segundo as situações de residência urbana e rural. Enquanto na área urbana registrou-se um número médio de 90 homens para cada 100 mulheres, no contexto rural do estado essa relação se inverte, ao ser revelada a existência de 103 homens para cada grupo de 100 mulheres. Esse fato pode ser comumente explicado pela natureza das atividades agrícolas e pela seletividade migratória.

Tabela 6
Razões de sexo, por situação do domicílio - 1960/1996

Anos	Razões de sexo (%)		
	Total	Urbana	Rural
1960	93,86	87,28	99,50
1970	93,22	88,68	98,95
1980	93,52	90,13	99,21
1991	93,42	90,03	102,21
1996	93,40	90,15	103,32

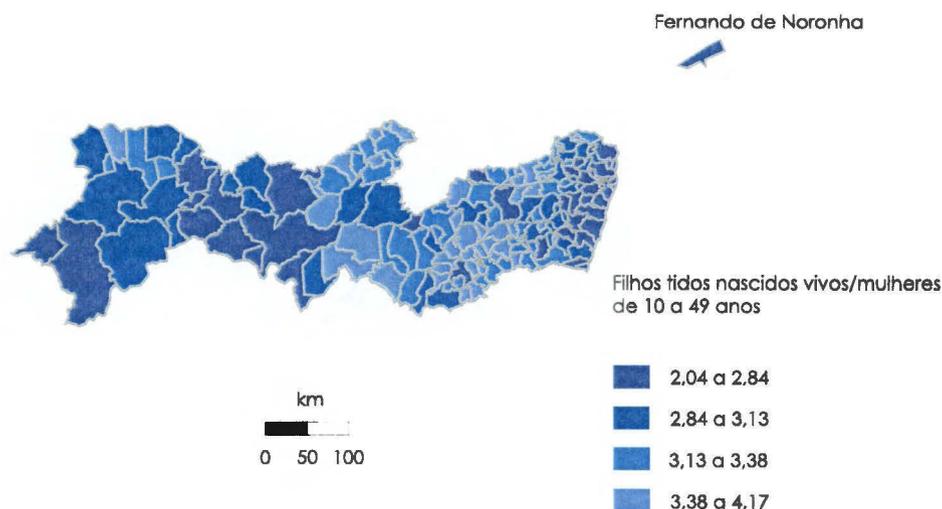
Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Até o início dos anos 80, a estrutura etária da população brasileira dada pelos Censos Demográficos vinha mostrando traços bem marcados de uma população predominantemente jovem, fruto da persistência de altos níveis da fecundidade no País. Muito embora a fecundidade tenha experimentado declínios paulatinos desde meados da década de 60, momento em que se introduziu no Brasil os métodos anticonceptivos orais, a base da pirâmide etária da população manteve-se alargada até 1980, como resultado do elevado número de mulheres em idade fértil ainda procriando².

A pronunciada entrada na base da pirâmide etária de 1991, reflete a queda da fecundidade ocorrida na década. Entretanto, a composição etária revelada para o Estado de Pernambuco apresentou características de uma população ainda jovem, porém com tendências ao envelhecimento, como pode ser observado pelo deslocamento populacional das coortes intermediárias. Neste sentido, os resultados da Contagem da População 1996 acentuaram o estreitamento na base da pirâmide etária, intensificando o processo de redução do peso relativo do contingente de jovens na população total.

² As estimativas de fecundidade foram obtidas utilizando-se as informações sobre o número de filhos vivos até a data do censo (fecundidade acumulada) e do número de filhos nascidos vivos nos 12 meses anteriores a mesma data (fecundidade recente).

Número médio de filhos tidos nascidos vivos - 1991

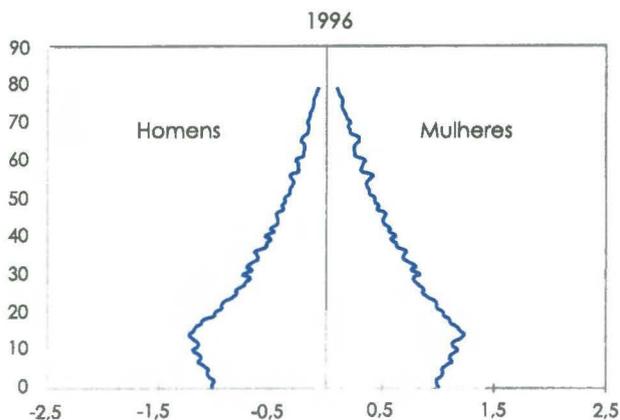
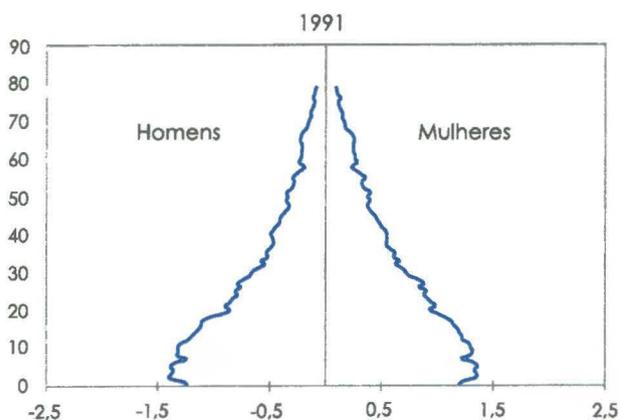
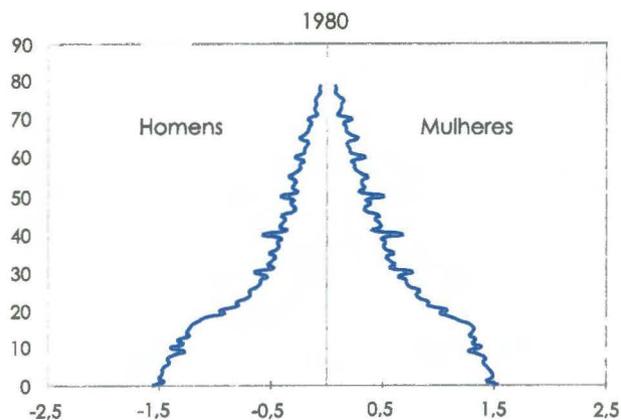


Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

As alterações observadas na estrutura etária foram importantes e ocorreram, em grande parte, na última década. O declínio generalizado da fecundidade no País, conjugado à redução da mortalidade, contribuiu de forma decisiva para que as mudanças processadas na composição por idade da população fossem observadas, particularmente quando se recorta a população, segundo as situações de residência urbana e rural. Tais alterações caracterizaram fundamentalmente o início do processo de envelhecimento da população brasileira.

A relação entre a população que, em termos etários, pertenceria à condição de inativa (grupos 0 a 14 e 65 anos ou mais de idade) e o contingente potencialmente ativo (15 a 64 anos de idade), permite estabelecer o indicador Razão de Dependência que denota, em linhas gerais, o peso dos jovens e dos idosos sobre o segmento populacional que, em princípio, poderia estar exercendo alguma atividade produtiva.

Composição etária da população total, por idade individual



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados.

Tabela 7
Distribuição etária dos grandes grupos populacionais - 1960/1996

Grandes grupos populacionais	Distribuição (%)				
	1960	1970	1980	1991	1996
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
0 a 14 anos	43,10	43,88	41,85	36,89	33,19
15 a 64 anos	54,08	52,89	53,62	57,72	60,94
65 anos ou mais	2,82	3,23	4,53	5,39	5,88

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Assim, a Contagem da População 1996 mostrou, para o total do estado, uma relação de 64 jovens e idosos para cada 100 pessoas potencialmente ativas. A partir destes resultados pode-se constatar o impacto do processo de estreitamento na base da pirâmide etária, principal fator responsável pela diminuição da razão de dependência, no transcurso desses cinco anos. As diferenças observadas nas razões de dependência referentes às áreas urbana e rural, em 1996, são bastante significativas. Enquanto o peso dos jovens (0 a 14 anos) e idosos (65 anos ou mais) sobre a população com idades entre 15 e 64 anos, residentes no contexto urbano do estado, correspondia a 59,26%, nas áreas rurais este indicador alcançou 79,72%.

A parcela de jovens (33,19%) ainda influencia o cálculo convencional da razão de dependência, enquanto que a contribuição dos idosos (5,88%) é pequena.

Em 1991, a idade de 20,0 anos dividia a população em dois blocos de 50% cada. Já em 1996, a idade mediana chegou a 21,8 anos. No que tange aos diferenciais entre sexos, a idade mediana calculada para os homens atingiu 20,8 anos, enquanto que a referente às mulheres se posicionou nos 22,7 anos de idade. Este comportamento diferencial da idade mediana de homens e mulheres explica-se pela maior expectativa de vida das mulheres.

Tabela 8
Razão de dependência, por situação do domicílio - 1960/1996

Anos	Razão de dependência (%)		
	Total	Urbana	Rural
1960	84,91	78,09	90,78
1970	89,09	82,96	96,97
1980	86,48	77,54	102,87
1991	73,25	66,59	91,95
1996	64,11	59,26	79,72

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Tabela 9
Idade mediana da população residente, por sexo - 1980/1996

Anos	Idade mediana		
	Total	Homens	Mulheres
1980	17,4	16,7	18,1
1991	20,0	19,0	20,8
1996	21,8	20,8	22,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados.

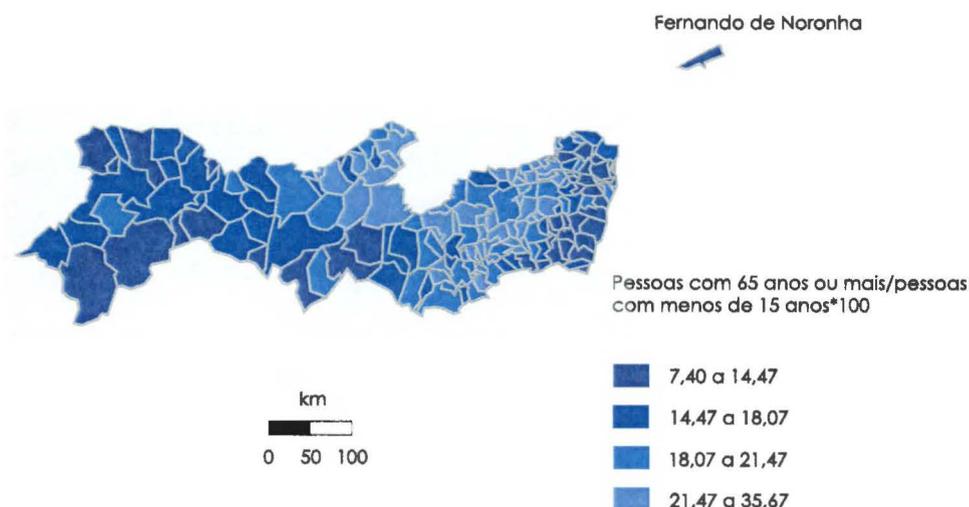
Um importante indicador que está relacionado à estrutura etária de uma população é aquele que relaciona a população idosa com o contingente de crianças. Trata-se de uma derivação do índice de envelhecimento populacional que se presta a significativos estudos comparativos. O entendimento desse índice traduz-se pelo fato de que quanto maior sua magnitude, mais elevada é a proporção de idosos (65 anos ou mais), em relação à proporção de crianças (menos de 15 anos).

As estimativas atualmente disponíveis sugerem que esse índice deverá continuar crescendo no estado, a partir da diminuição

da proporção da população jovem. Os níveis mais elevados são encontrados nos estados pertencentes à Região Sudeste. Quando se estabelecem comparações regionais, percebe-se, inicialmente, que o índice se eleva em praticamente todas as regiões, o que reflete a influência da continuada queda da fecundidade e simultaneamente, o aumento consistente da esperança média de vida.

Em 1960, existiam 6 idosos para cada 100 crianças. Em 1996, para cada 17 pessoas com 65 anos de idade ou mais, existiam 100 pessoas menores de 15 anos de idade, o que demonstra um expressivo aumento no valor desse indicador de envelhecimento.

Índice de envelhecimento - 1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Nupcialidade

A composição por estado conjugal da população de 15 anos ou mais do Estado de Pernambuco caracteriza-se pela proporção de 55,34% de pessoas casadas e de praticamente um terço de solteiros, que ao longo dos censos vem apresentando declínio na sua participação. Esse último período apontou acréscimo na participação de separados, desquitados e divorciados.

Tabela 10
Proporção de pessoas de 15 anos ou mais, por sexo,
segundo o estado conjugal - 1980/1991

Estado conjugal	Sexo					
	Total		Homens		Mulheres	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Solteiros	35,74	33,97	37,59	36,96	34,08	31,28
Casados	55,76	55,34	59,05	58,52	52,81	52,48
Separados	2,84	4,47	1,46	2,40	4,08	6,33
Desquitados	0,16	0,46	0,09	0,30	0,22	0,61
Divorciados	0,03	0,28	0,02	0,16	0,03	0,38
Viúvos	5,48	5,48	1,79	1,66	8,79	8,91

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Tais transformações ocorreram indistintamente, tanto na área urbana quanto na rural do estado. Apenas os níveis variaram de acordo com os estratos, de forma que nas áreas urbanas encontraram-se proporções mais elevadas de pessoas solteiras, separadas, desquitadas, divorciadas e de viúvos, isto é, de pessoas que não estariam, por ocasião do Censo Demográfico 1991, vivendo em união. Já na área rural predominavam os casados.

A exemplo do que vem ocorrendo em algumas regiões do mundo, os tipos de união também sofreram alterações substanciais. Em 1980, no Estado de Pernambuco, prevaleciam as uniões realizadas no *civil e religioso*, seguidos das *uniões somente no civil*, enquanto as *uniões consensuais* já assinalavam crescimento. Em 1991, a tendência persistiu quanto às uniões realizadas no *civil e religioso*, e a proporção de *uniões consensuais* apresentou um aumento de 36,33%.

Tabela 11
Proporção de pessoas de 15 anos ou mais, casadas,
por situação do domicílio, segundo o tipo de união - 1980/1991

Tipo de união	Situação do domicílio					
	Total		Urbana		Rural	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Civil e religiosa	47,98	43,97	46,75	40,80	49,95	51,92
Somente civil	20,47	23,82	24,99	27,23	13,28	15,29
Somente religiosa	13,08	7,03	7,85	4,86	21,40	12,47
União consensual	18,47	25,18	20,41	27,12	15,37	20,32

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

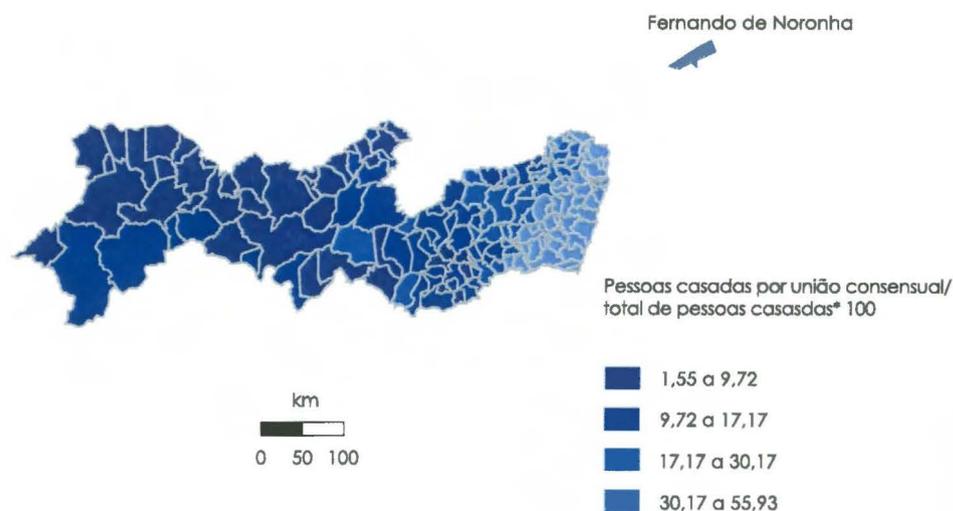
Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Acompanhando o comportamento do total do estado, o crescimento das uniões consensuais foi significativo tanto na área urbana quanto na área rural, em relação ao censo passado.

A distribuição da proporção de solteiros em uma população fornece importantes indicadores da nupcialidade. As proporções nos grupos de 20 a 24 anos e 40 a 44 anos indicam, respectivamente, a idade média à primeira união e a prevalência do celibato. Para efeito de comparabilidade com o Censo Demográfico 1970 e Censo Demográfico 1980, estimou-se a idade média ao casar das pessoas de 15 anos ou mais através dessa proporção, e como resultado observou-se que a idade média calculada para 1991 manteve-se praticamente no mesmo patamar daquela observada no Censo Demográfico 1980.

Com a introdução de novo quesito no Censo Demográfico 1991 (*mês e ano em que contraiu a primeira união*), tornou-se possível a obtenção da estimativa direta da idade média ao contrair a primeira união, que envolveu, para efeito de cálculo, as pessoas de 10 anos ou mais, diferindo da estimativa anteriormente utilizada

Proporção de pessoas de 10 anos ou mais casadas por união consensual - 1991



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

(obtida através da proporção de solteiros), que considerou a população de 15 anos ou mais, tendo em vista a comparabilidade com as informações resultantes dos demais censos. Portanto, a idade média, obtida de forma direta, para o total foi de 23,4 anos, para os homens 25,2 anos e para as mulheres 21,5 anos. A idade média das mulheres ao casar é relativamente baixa quando comparada com a dos homens. Assim, observa-se que os homens casam com quatro anos a mais que as mulheres.

No último censo, foi introduzido um outro quesito que possibilitou a obtenção de importantes indicadores da nupcialidade: *mês e ano em que passou a viver com cônjuge atual ou mês e ano em que passou a viver a situação indicada.*

No tocante ao número de uniões conjugais, 96,09% das pessoas de 10 anos ou mais teriam contraído apenas uma união, sendo que os homens apresentaram maior incidência de duas ou mais uniões em relação às mulheres. A maior frequência de mais de uma união é uma característica urbana.

Migrações Internas

As informações censitárias de 1991 e de 1996 revelam o aprofundamento de algumas tendências e o surgimento de novos padrões localizados de distribuição espacial da população. A redução da intensidade das migrações interestaduais, que se processou na década de 80, prosseguiu no primeiro quinquênio da década de 90. No Estado de Pernambuco vê-se a diminuição na proporção de migrantes no período de 1980-1991, tanto na situação do domicílio urbano quanto na rural. A área urbana do estado detinha a maior proporção de migrantes em 1991, fato também observado em 1980. As mulheres são maioria no conjunto de pessoas não-naturais do município (54,10%). No meio rural a proporção de homens supera a de mulheres, enquanto que o urbano dita o padrão estadual.

Tabela 12
Proporção de pessoas não-naturais do município,
segundo a situação do domicílio atual - 1980/1991

Situação do domicílio atual	Proporção de pessoas não-naturais (%)	
	1980	1991
Total	30,12	29,00
Urbana	37,43	34,38
Rural	18,40	15,92

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Os imigrantes interestaduais, que correspondem aos brasileiros natos residentes no estado e nascidos em outras Unidades da Federação, foram contabilizados em 1991, como de maior procedência, vindos da própria Região Nordeste, especificamente do Estado da Paraíba. Nesse conjunto, as mulheres imigrantes predominam no fluxo das paraibanas. Outros estados da região que contribuíram para o conjunto dos imigrantes interestaduais foram notadamente os Estados do Ceará e Alagoas.

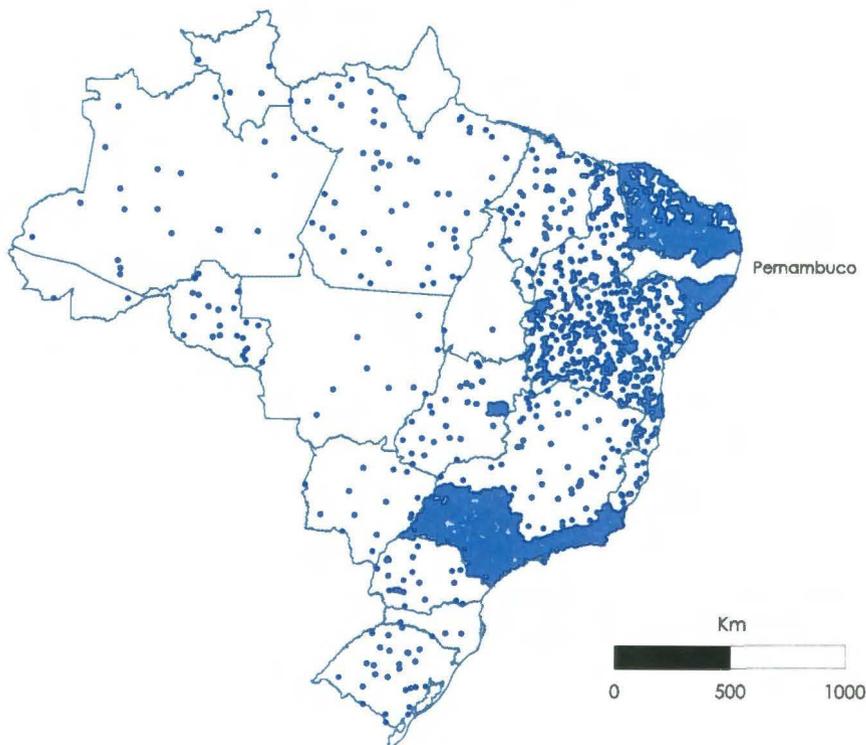
Os imigrantes intermunicipais, ou seja, aqueles indivíduos não-naturais do município de residência, mas nascidos no estado, for-

mavam em 1991, um conjunto expressivo de 77,05%, em relação ao total de migrantes do estado.

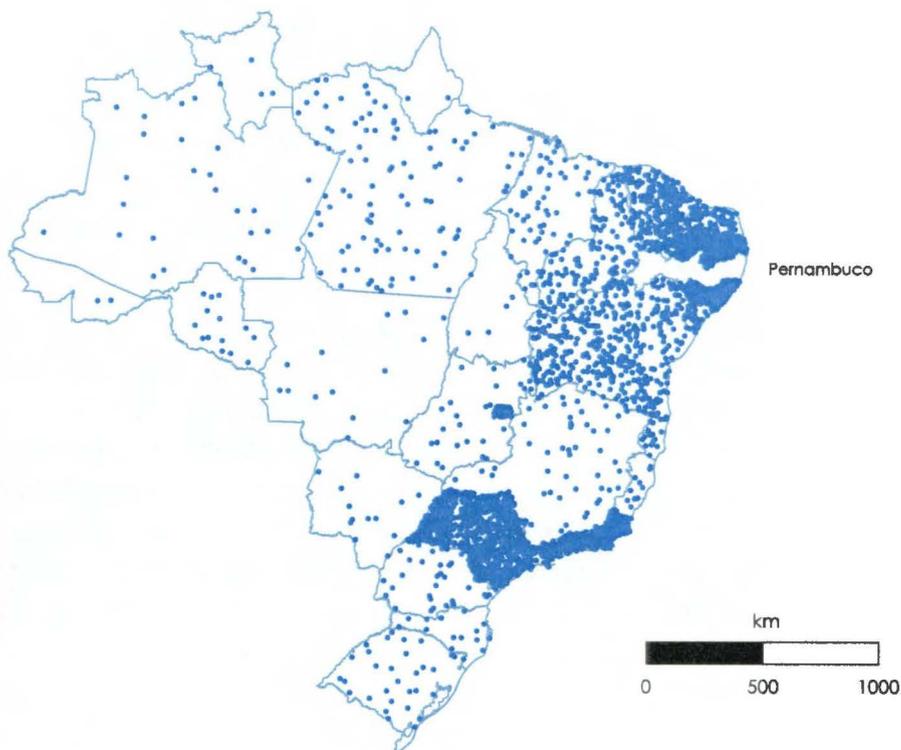
Do conjunto de pessoas não-naturais do município onde residem, as pessoas que migraram a menos de dez anos correspondiam em 1991 a 48,14%.

Os mapas, a seguir, mostram a proporção de migrantes interestaduais, nos cinco anos anteriores ao Censo Demográfico 1991 e à Contagem da População 1996, identificados pela Unidade da Federação de origem. Os resultados mostram que os fluxos migratórios mantiveram a mesma tendência nos dois censos.

Pessoas residentes em Pernambuco a menos de 5 anos segundo o estado de origem - 1991



Pessoas residentes em Pernambuco a menos de 5 anos, segundo o estado de origem - 1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Características sociais e econômicas

Raça ou cor

A última investigação do quesito sobre cor ou raça nos censos é proveniente do Censo Demográfico 1991, onde foram consideradas cinco categorias para que o entrevistado pudesse se classificar quanto a sua raça ou cor: branca, preta, parda, amarela e indígena. Para a cor parda inclui-se a pessoa que se declarou mulata, mestiça, cabocla, mameluca, etc. Já a cor amarela aplicou-se à pessoa de origem oriental e seus descendentes e não foi considerada nesta categoria a pessoa que tinha a pele amarelada, por sofrer de moléstias, tais como: impaludismo, malária, amarelão, etc.

As pessoas do Estado de Pernambuco classificaram-se, em sua maioria, segundo o último levantamento censitário, como sendo de cor parda (63,46%). Este contingente, em 1980, representava 61,19%. Enquanto o percentual das pessoas pardas crescia, declinava o das pessoas que se declaravam como sendo de cor branca, passando de 33,89%, em 1980, para 33,06%, em 1991. A proporção de pessoas de cor preta declinou em 32,44%, no período de 1980-1991. As pessoas de cor amarela ainda são consideradas minoria no estado.

No Censo Demográfico 1991, pesquisou-se a população indígena de forma distinta da de 1980, isto é, em separado das pessoas de cor parda. Pode-se quantificar esta proporção em 0,15% no total do estado. Cabe assinalar que a investigação da população indígena se aplicou não só aos que viviam em aldeamento, como também aos indígenas e seus descendentes que viviam fora de aldeamento. Esta distinção percebe-se quando é analisado o diferencial, segundo a situação do domicílio, pois do total dos índios residindo no estado, 66,60% habitavam a área rural.

Tabela 13
Proporção da população residente, por situação do domicílio, segundo a raça ou cor - 1980/1991

Raça ou cor	Situação do domicílio					
	Total		Urbana		Rural	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Branca	33,89	33,06	35,97	34,92	30,56	28,54
Preta	4,84	3,27	5,01	3,20	4,56	3,44
Amarela	0,08	0,06	0,05	0,07	0,13	0,05
Parda	61,19	63,46	58,97	61,75	64,75	67,63
Indígena	-	0,15	-	0,07	-	0,34

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Proporção da população branca - 1991

Fernando de Noronha



População branca/total da população*100

km

0 50 100



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Proporção da população negra - 1991

Fernando de Noronha



População negra/total da população*100

km

0 50 100



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Dentro das características sociais e econômicas, foi selecionado o diferencial existente entre a cor ou raça com a proporção de anos de estudos praticados por essa população de 5 anos ou mais de idade e o setor econômico de atividade das pessoas de 10 anos ou mais, objetivando qualificá-la no contexto social. Independentemente da cor ou raça das pessoas, ainda não se alcançaram percentuais adequados para o volume de pessoas com escolaridade equivalente ao primeiro grau. Entre as pessoas de cor preta ou parda, mais de 85,00% não conseguem completar os oito anos de estudo e as pessoas de cor branca caracterizam-se no mesmo quadro, revelando uma ligeira vantagem. Quanto ao setor econômico de atividade, as pessoas de cor preta ou parda concentram-se nas atividades de agropecuária, extração vegetal e pesca com proporção acima de 30,00%, e as de cor branca representam 23,17% nesta atividade.

Tabela 14
Proporção da população residente, por raça ou cor,
segundo as classes de anos de estudo - 1991

Classes de anos de estudo	Raça ou cor		
	Branca	Preta	Parda
Total	100,00	100,00	100,00
Sem instrução e menos			
de 1 ano	29,19	47,20	38,17
1 a 3 anos	20,58	22,14	24,01
4 anos	13,27	11,58	12,94
5 a 7 anos	11,79	9,31	11,44
8 anos	5,30	3,43	3,99
9 a 11 anos	12,86	5,10	7,41
12 anos ou mais	6,98	1,22	2,00
Não determinados	0,03	0,02	0,03

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Tabela 15
Proporção da população ocupada de 10 anos ou mais, por raça ou cor, segundo o setor econômico de atividade - 1991

Setor econômico de atividade	Raça ou cor		
	Branca	Preta	Parda
Total	100,00	100,00	100,00
Agropecuária, extração vegetal e pesca	23,16	33,95	31,33
Indústria de transformação	10,88	9,83	11,64
Indústria da construção civil	4,42	7,35	6,29
Outras atividades industriais	1,61	1,73	1,70
Comércio de mercadorias	16,50	8,89	12,55
Transporte e comunicação	3,81	3,18	3,72
Prestação de serviços (1)	18,31	23,53	19,16
Social	12,11	6,31	7,31
Administração pública	6,25	4,14	4,83
Outras atividades	2,95	1,09	1,47

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados.

(1) Inclusive os serviços auxiliares da atividade econômica.

Religião

No Estado de Pernambuco, predomina largamente o catolicismo (85,70%), com um percentual bem abaixo do de 1980, que era de 91,81%. O segundo maior percentual corresponde aos evangélicos (7,00%), que em 1980 representavam 5,34%, seguido mais de perto das pessoas sem religião (5,75%). Os demais tipos têm percentuais insignificantes. Cabe assinalar que as informações são provenientes da declaração da seita, culto ou ramo da religião professada.

O Censo Demográfico 1991 adotou uma nova classificação para os diversos tipos de religião e procurou-se compatibilizá-los com os censos anteriores.

Tabela 16
Proporção da população residente, por sexo,
segundo a religião - 1980/1991

Religião	Sexo					
	Total		Homens		Mulheres	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Cristã tradicional	91,81	85,70	92,10	86,09	91,54	85,34
Cristã reformada	5,34	7,00	4,75	5,85	5,88	8,08
Mediúnica	0,65	1,09	0,58	0,91	0,72	1,26
Judaica ou israelita	0,02	0,01	0,02	0,01	0,02	0,01
Oriental	0,02	0,03	0,02	0,02	0,02	0,03
Outras (1)	0,40	0,41	0,36	0,35	0,44	0,47
Sem religião	1,76	5,75	2,17	6,77	1,39	4,80

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

(1) Inclusive Neocristã.

Os tipos de religião foram constituídos da seguinte forma:

- Cristã Tradicional

Católica Apostólica Romana - 85,43%

Católica Apostólica Brasileira - 0,26%

Católica Apostólica Ortodoxa - 0,01%

- Cristã Reformada

Evangélica Tradicional - 2,22%

Evangélica Pentecostal - 4,61%

- Neocristã

Mórmon - 0,06%

Testemunha de Jeová - 0,30%

Outra - 0,00%

- Mediúnica
 - Espírita – 0,88%
 - Umbandista - 0,18%
 - Candomblé - 0,03%

- Judaica ou Israelita

- Orienta
 - Budismo - 0,01%
 - Messiânica - 0,01%
 - Outra - 0,01%

- Outra

- Sem religião

- Não Determinada, Maldefinida e Sem Declaração.

Deficiência física ou mental

As estatísticas acerca da população brasileira com algum tipo de deficiência física ou mental, até então, eram descontínuas e insuficientes. O Censo Demográfico 1991 preencheu esta lacuna com a investigação do número de deficientes nos diversos estados e municípios brasileiros. Vale ressaltar, para efeito de comparação, que o Censo Demográfico 1991 pesquisou somente dados sobre deficientes graves, por exemplo: os cegos, os surdos ou mudos. Muitos países pesquisam desta forma, para não sobrecarregar o questionário do censo. Porém, o critério sugerido pela Organização das Nações Unidas, no documento *Princípios e Recomendações para os Censos de População e Habitação*, é mais abrangente, porque amplia o grupo de pessoas com incapacidade, por exemplo: as pessoas com dificuldades de visão (as quais os cegos são um

subgrupo) ou as pessoas com dificuldade de audição (as quais os surdos são um subgrupo).

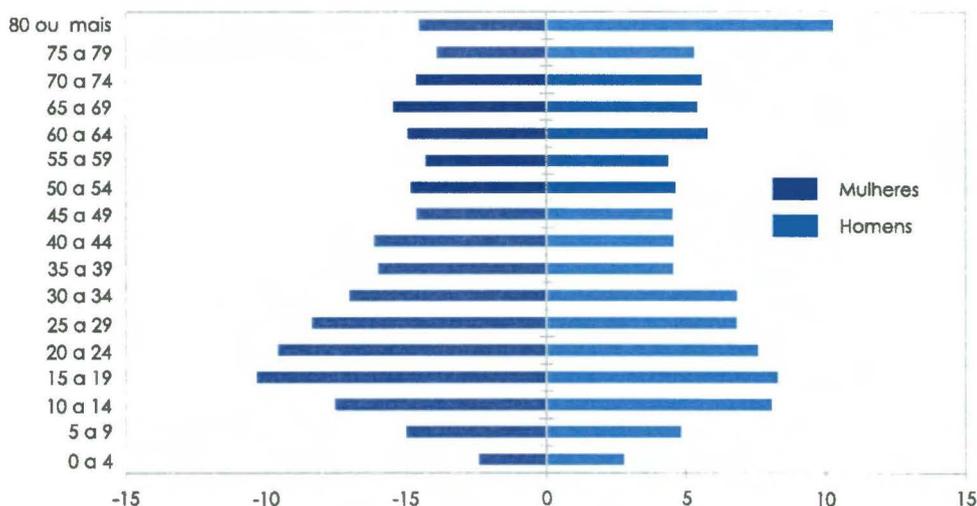
Como deficientes mentais, foram consideradas, as pessoas com retardamento mental resultante de lesão ou síndrome irreversível, que se manifesta durante a infância e se caracteriza por grande dificuldade de aprendizagem e adaptação social. Não foram consideradas como tais, as pessoas que apresentam perturbação ou doença mental do tipo neuróticos, psicóticos, esquizofrênicos, vulgarmente denominados loucos ou malucos.

No Estado de Pernambuco, existem aproximadamente 86 436 deficientes físicos ou mentais, logo a proporção de pessoas com algum tipo de deficiência no total do estado é bastante pequena, atingindo a 1,21% (com este percentual percebe-se que 98,79% das pessoas não enumeraram nenhum dos tipos de deficiências investigadas). A proporção de pessoas do sexo masculino com algum tipo de deficiência correspondeu a 1,46% e as do sexo feminino 0,99%. O excedente de deficientes do sexo masculino em relação ao feminino correspondeu a 13 796 pessoas.

Do total de deficientes do estado, 56,61% eram deficientes físicos, 37,74% eram deficientes mentais e 5,65% possuíam mais de um tipo de deficiência. Apesar dos tipos de doenças mentais anteriormente mencionados não serem considerados, acredita-se que foram incorretamente incluídos, devido ao alto percentual apresentado por este tipo de deficiência.

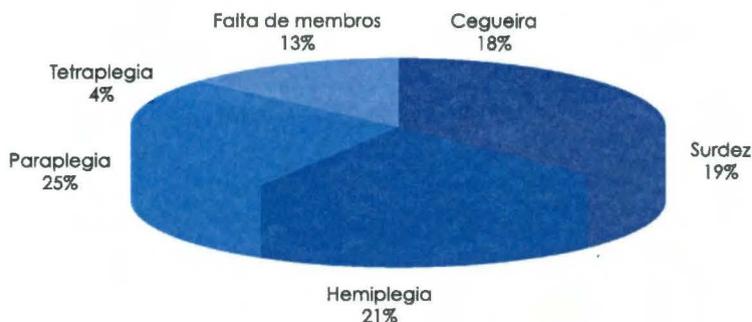
O padrão da estrutura etária da população deficiente caracteriza-se por uma proporção pequena no grupo de jovens (0 a 14 anos), significando um número reduzido de nascimentos com deficiência. O aumento gradativo nas diversas faixas etárias demonstra a relação existente com doenças e acidentes posteriormente ao nascimento, caracterizando deficiência adquirida. Já a proporção de pessoas acima de 65 anos de idade alcança aproximadamente 21,95% do total de deficientes. Como a mortalidade masculina nesta faixa é maior, existindo a sobrevivência feminina, a proporção de mulheres deficientes, em muitos casos por doença, é bem mais elevada.

Composição por sexo e Idade das pessoas com algum tipo de deficiência física ou mental - 1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados.

Proporção de pessoas com algum tipo de deficiência física, por tipo de deficiência - 1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados.

Nível de escolaridade

As taxas de analfabetismo no Estado de Pernambuco vêm decrescendo nas últimas décadas. Para efeito de comparação com as informações da Contagem da População 1996, foi calculado para o Censo Demográfico 1991, o analfabetismo funcional, que é defini-

do operacionalmente como o não-domínio de habilidades em leitura, escrita, cálculos e ciências, em correspondência a uma escolaridade fundamental de quatro séries completas, ou do antigo ensino primário. A taxa de analfabetismo funcional calculada para 1996 foi 41,77%, bem inferior à de 1991 que era 57,72%.

O nível educacional da população do Estado de Pernambuco continua em ascensão, entretanto ainda não pode ser considerado o ideal. A taxa de escolarização, que consiste na proporção de pessoas que freqüentam escola, apresenta proporções expressivas, porém o contingente de crianças fora da escola ainda é elevado. A cobertura do sistema educacional do estado vem se expandindo e retendo os jovens por mais tempo na escola.

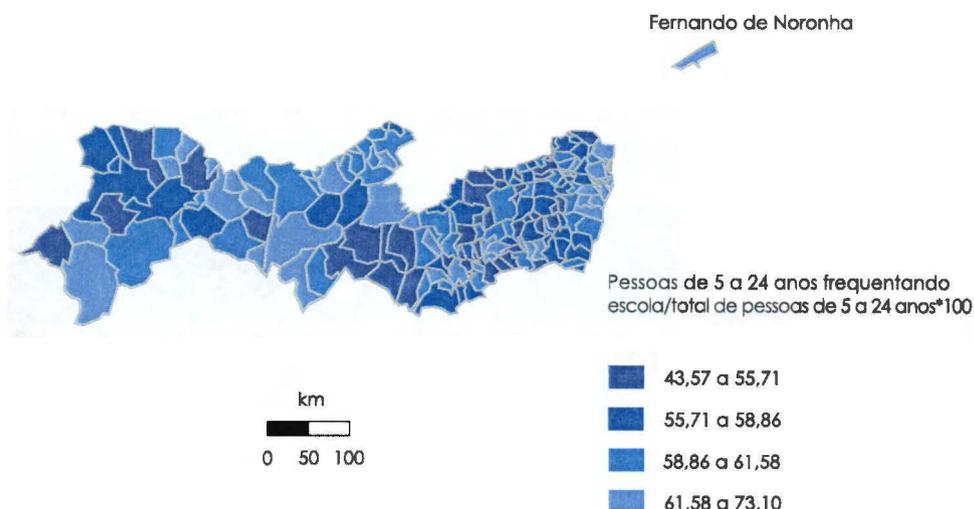
Tabela 17
Taxas de escolarização das pessoas de 5 a 24 anos,
segundo os grupos de idade - 1991/1996

Grupos de idade	Taxas de escolarização					
	1991			1996		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	52,45	50,07	54,80	62,91	61,75	64,07
5 a 9 anos	60,76	58,86	62,71	80,97	79,53	82,44
10 a 14 anos	74,97	71,95	78,00	86,05	84,37	87,75
15 a 19 anos	47,26	43,57	50,90	56,37	54,83	57,90
20 a 24 anos	16,86	14,80	18,78	21,00	19,71	22,22

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, Contagem da População 1996, microdados.

No período de 1991-1996, observa-se um aumento nas taxas de escolarização dos grupos etários infanto-juvenis (5 a 24 anos), que em princípio constituem na sociedade, a população escolarizável ideal.

Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 24 anos - 1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Família

Para melhor entendimento da organização socioeconômica da família, é necessário conhecer informações acerca da sua estrutura, da composição, do tamanho, do tipo e de algumas características econômicas do grupo familiar. O texto restringe-se a fornecer uma visão geral destas características, enfatizando a situação do responsável ou chefe da unidade familiar. Considerou-se como *Família*, nos Censos Demográficos, as pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência que moravam no mesmo domicílio; a pessoa sozinha que morava em Domicílio Particular e ao conjunto de, no máximo, 5 pessoas que moravam em um Domicílio Particular, embora não estivessem ligadas por laço de parentesco e/ou dependência doméstica.

O comportamento do tamanho da família, nos últimos anos, vem sendo ditado pelo diferencial da fecundidade na situação domiciliar. A redução do número médio de pessoas por família está diretamente correlacionado ao crescente processo de urbanização, como também às modificações na dinâmica demográfico-social da unidade familiar.

Tabela 18
Número médio de pessoas por família,
segundo a situação do domicílio - 1980/1991

Situação do domicílio	Número médio	
	1980	1991
Total	4,62	4,10
Urbana	4,49	3,92
Rural	4,85	4,60

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Os grupos familiares constituídos por uma única pessoa e aqueles formados por chefe, cônjuge e filhos vêm mantendo a supremacia ao longo dos censos. Entretanto, houve redução na proporção de famílias únicas e aumento na proporção de famílias conviventes no período de 1980 a 1991, o que pode ser um indicador de que estaria havendo indícios de mudanças nos padrões de convivência domiciliar, isto é, por dificuldades de moradia, estaria crescendo a tendência de coabitação.

Vale a pena ressaltar o aumento da representatividade das mulheres no papel de chefe de família, e da queda no percentual de chefes do sexo masculino no período de 1980-1991 no Estado de Pernambuco.

O enfoque do grau de escolaridade dos chefes de família pode ser analisado através das informações dos anos de estudo. Percebe-se ligeira melhoria no grau de escolaridade dos responsáveis pelo grupo familiar, com redução na proporção de chefes sem instrução e com 1 a 3 anos de estudo e, em contrapartida, um pequeno aumento na proporção de chefes escolarizados (com 4 anos ou mais de anos de estudo).

Tabela 19
Proporção de famílias residentes em domicílios particulares permanentes, segundo o sexo do chefe da família - 1980/1991

Sexo do chefe	Proporção de famílias	
	1980	1991
Total	100,00	100,00
Homens	80,39	75,82
Mulheres	19,61	24,18

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Tabela 20
Proporção de famílias residentes em domicílios particulares permanentes, segundo as classes de anos de estudo do chefe da família - 1980/1991

Classes de anos de estudo do chefe	Proporção de famílias (%)	
	1980	1991
Total	100,00	100,00
Sem instrução e menos de 1 ano	50,08	37,47
1 a 3 anos	18,19	17,30
4 anos	14,89	15,63
5 a 8 anos	8,32	14,01
9 a 11 anos	5,07	10,14
12 anos ou mais	3,42	5,44
Sem declaração	0,04	0,02

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Quanto à análise da distribuição das famílias, segundo a classificação dos chefes por setor de atividade diretamente envolvido, ressalta-se a predominância da atividade agropecuária, extração vegetal e pesca que foram os responsáveis pela absorção da maior parte da PEA, embora tenha apresentado redução em relação ao Censo Demográfico 1980, seguidos da inserção no mercado através da prestação de serviços, que apresentaram sensíveis aumentos em relação ao Censo Demográfico 1980.

Proporção de famílias, segundo o setor econômico de atividade do chefe - 1980/1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Domicílio

O levantamento das características dos domicílios, através dos Censos Demográficos, permite o conhecimento de componentes essenciais e indispensáveis para mensuração da qualidade de vida da população. A influência que alguns fatores exercem sobre as formas mais dignas de sobrevivência pode ser analisada pelas condições de moradia e, principalmente, pelo acesso aos serviços de infra-estrutura do saneamento básico. As características estruturais dos domicílios são, tradicionalmente, investigadas somente para aqueles definidos como particulares permanentes.

A relação entre o total da população residente e o total de domicílios particulares permanentes representa o número médio de pessoas moradoras em uma unidade domiciliar.

No Estado de Pernambuco, a densidade domiciliar apresentou um declínio de 6,04% no último período censitário, passando de 4,47 em 1991 para 4,20 em 1996. Este comportamento persistiu

tanto na área urbana, com uma redução de 5,76%, quanto na área rural com 5,59%.

Tabela 21
Densidade domiciliar,
segundo a situação do domicílio - 1980/1996

Situação do domicílio	Densidade domiciliar		
	1980	1991	1996
Total	4,91	4,47	4,20
Urbana	4,78	4,34	4,09
Rural	5,13	4,83	4,56

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados.

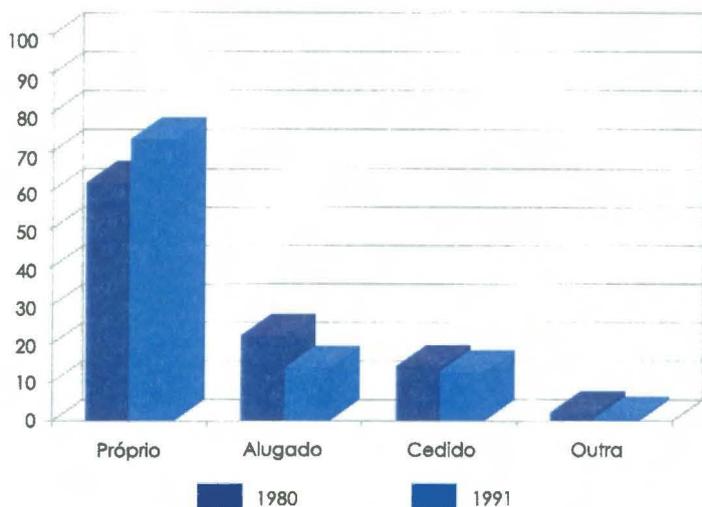
Os domicílios particulares permanentes foram classificados como duráveis, quando em sua construção predominavam paredes de alvenaria, taipa revestida, ou madeira aparelhada, com cobertura de laje de concreto, telha de barro, telha de amianto, ou madeira aparelhada. Para os domicílios rústicos, deveria haver a predominância de outros tipos de materiais, de durabilidade transitória, tanto na parede quanto na cobertura das residências, tais como: taipa não-revestida, zinco, palha, material reaproveitado, etc. Nos dois últimos levantamentos censitários, vem se observando um aumento das unidades duráveis.

Um sistema conveniente de distribuição de água potável, para consumo humano, é de vital importância para a saúde da população. Nos levantamentos censitários o abastecimento de água sempre foi classificado de acordo com a fonte fornecedora e a existência ou não de distribuição interna no domicílio.

O Censo Demográfico 1991 revelou que, do total de domicílios particulares permanentes investigados, 65,80% estavam ligados à rede geral de distribuição de água e destes, 53,03% possuíam canalização que levava ao interior de pelo menos um dos cômodos da residência, sendo de apenas 10,77% aquelas que não contavam com pontos de água dentro da moradia.

A proporção de domicílios próprios no Estado de Pernambuco, verificada no último censo em relação a 1980, revelou que houve um aumento de 18,14% nesta condição de ocupação. Entretanto, ao contrário apresentou-se a proporção dos domicílios alugados com declínio de 37,94%.

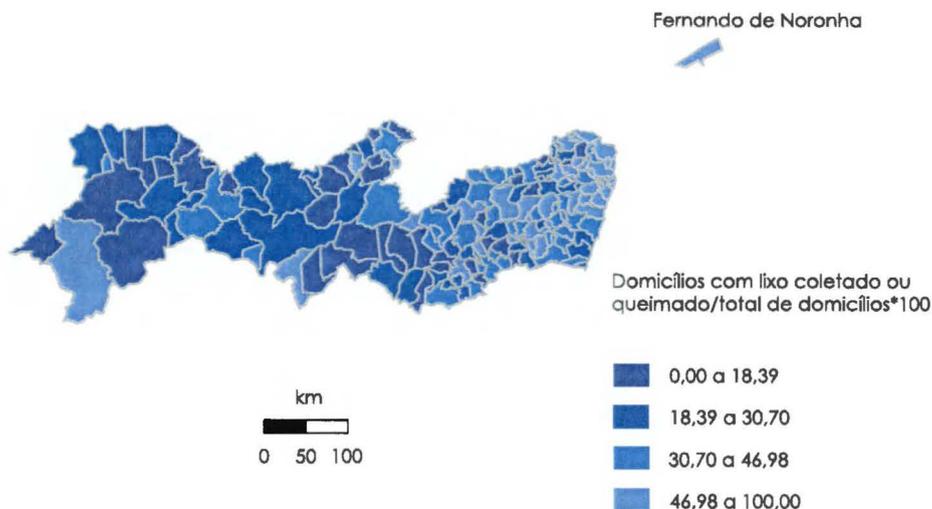
Proporção de domicílios particulares permanentes, segundo a condição de ocupação - 1980/1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Embora o sistema de coleta de lixo não tenha sido investigado no Censo Demográfico 1980, esta informação foi amplamente pesquisada pelas pesquisas domiciliares da década passada. No Censo Demográfico 1991 ficou evidenciado que, o controle da coleta do lixo domiciliar neste estado atingiu 51,97% das moradias, sendo que destas 45,20% tiveram recolhimento efetuado diretamente por serviços ou empresas públicas e particulares.

Proporção de domicílios com lixo tratado - 1991



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]; situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

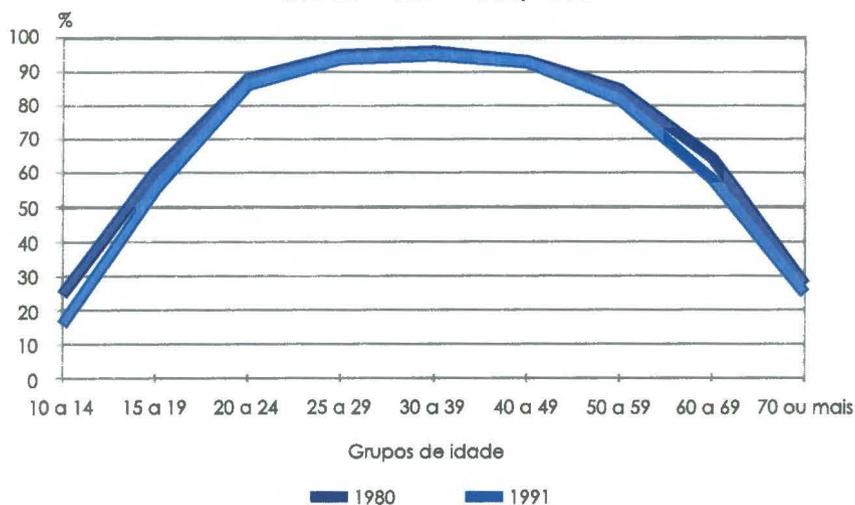
Características econômicas

Conforme os resultados do Censo Demográfico 1991, a população economicamente ativa representava 47,03% das pessoas de 10 anos ou mais de idade, sendo que 67,34% eram homens e 28,56% mulheres. Com respeito a evolução das desigualdades por sexo, conforme o tipo de trabalho, as informações do Censo Demográfico 1980 e Censo Demográfico 1991 permitem detectar avanços.

Os indicadores de atividades econômicas das pessoas de 10 anos ou mais de idade revelados pelo Censo Demográfico 1991, para o Estado de Pernambuco, confirmam um fenômeno mundial, que consiste na expansão do número de mulheres que trabalham em atividades remuneradas. Cabe ressaltar que este fenômeno atingiu todas as faixas etárias acima de 15 anos.

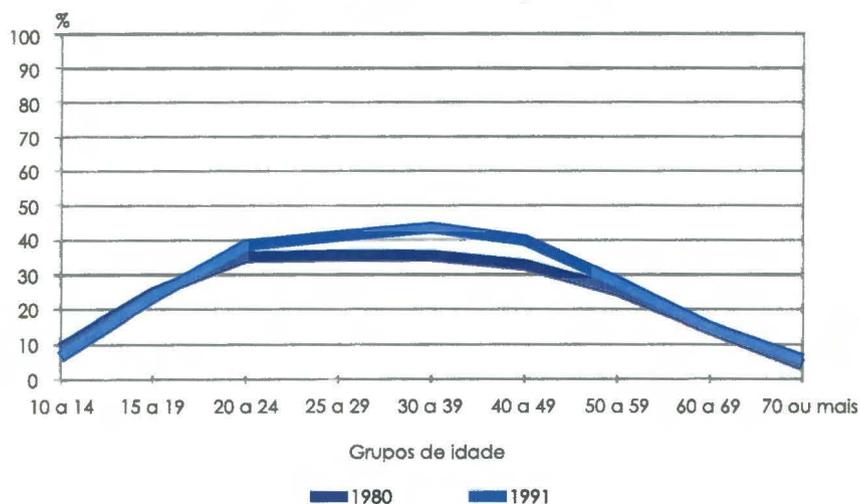
A concentração da taxa de participação específica por sexo nos grupos de idade vão desde 20 até 49 anos, implicando aumentos na participação das mulheres.

Taxas específicas de atividade, segundo os grupos de idade dos homens - 1980/1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Taxas específicas de atividade, segundo os grupos de idade das mulheres - 1980/1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Dos setores de atividade, os que mais absorveram mão-de-obra foram o agropecuário, extração vegetal e pesca, seguido do comércio de mercadorias. O comportamento masculino dita o total da população, e quanto à absorção de mão-de-obra feminina, destacam-se a prestação de serviços e as atividades sociais, que juntas absorveram 50,05% das mulheres no mercado de trabalho.

Tabela 22
Distribuição percentual da população economicamente ativa,
segundo o setor econômico de atividade - 1980/1991

Setor econômico de atividade	Sexo					
	Total		Homens		Mulheres	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária, extração vegetal e pesca	38,72	27,40	43,68	33,96	26,35	13,33
Indústria de transformação	11,44	10,89	12,37	11,82	9,12	8,90
Indústria da construção civil	6,01	5,59	8,29	7,73	0,35	1,00
Outras atividades industriais	1,20	1,63	1,48	1,84	0,51	1,19
Comércio de mercadorias	9,82	13,14	9,98	13,09	9,43	13,26
Transporte e comunicação	3,63	3,65	4,76	4,84	0,80	1,10
Prestação de serviços (1)	14,03	18,20	7,87	12,49	29,36	30,45
Social	5,98	8,43	2,31	3,21	15,12	19,60
Administração pública	4,03	5,11	4,43	5,31	3,04	4,68
Outras atividades	2,08	1,86	2,08	1,83	2,07	1,92
Nenhum	3,07	4,10	2,75	3,87	3,85	4,58

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

(1) Inclusive os serviços auxiliares da atividade econômica.